

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2011

Lisboa, 27 de Março de 2012

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

1. INTRODUÇÃO
 - 1.1. Aspectos gerais
 - 1.2. Caracterização técnica, legislativa e regulamentar
2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS
 - 2.1. Comentários a nova Legislação e Regulamentação
 - 2.2. Relações com o EURELECTRIC
3. EVENTOS
 - 3.1. 5.º Encontro ELECPOR
 - 3.2. Convénio ELECPOR-UNESA-UNEI-UFE
 - 3.3. Participação em Eventos Externos
4. PROJECTOS
 - 4.1. Plano de Acção Eficiência Energética
 - 4.2. Comité Técnico de Seguimento da Operação do Sistema Eléctrico
5. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
6. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS
7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS
8. RECURSOS HUMANOS
9. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
10. ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS
11. NOTA FINAL

*Anexo I: BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E ANEXO AO BALANÇO E
Á DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS*

Anexo II: RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. INTRODUÇÃO

1.1 Aspectos gerais

Depois de uma recuperação económica em 2010 – com um crescimento significativo do consumo de energia eléctrica tanto na Europa como nos E.U.A. – 2011 caracterizou-se por um abrandamento da actividade económica nos países desenvolvidos. A crise económica teve um impacto relevante no mercado eléctrico europeu, tendo o colapso do crescimento económico, combinado com a manutenção do crescimento da produção a partir de fontes renováveis, conduzido a uma situação de potencial excesso de capacidade de produção instalada. A procura de energia ressentiu-se fortemente, sobretudo nos sectores industrial e comercial, embora a resposta não tenha sido uniforme nos diferentes países, denotando diferentes elasticidades da procura com o PIB. Em Portugal, o consumo de electricidade caiu 3,2% (2,3% após correcção da temperatura e número de dias úteis). Analogamente, em Espanha, o consumo baixou 2,1% (1,2% corrigido) enquanto nos E.U.A. o consumo praticamente estagnou em relação a 2010.

Considerando a variação acumulada do consumo de electricidade desde o ano de 2007, anterior à crise, até 2011, verifica-se que o consumo global da UE em 2011 era inferior em 2% ao valor de 2007. O crescimento negativo num período de 5 anos traduziu uma situação sem precedentes nas décadas mais recentes.

Em consequência do aumento do preço dos combustíveis, os preços dos mercados grossistas de electricidade na Europa aumentaram em 2011 em relação a 2010. No mercado ibérico, MIBEL, os preços rondaram os 50 €/MWh, em linha com os outros mercados europeus, apesar da queda do consumo.

Na União Europeia, no ano de 2011, assistiu-se a um novo ímpeto político dirigido ao desenvolvimento dos mercados eléctricos, marcado pela resolução do Conselho Europeu de Energia, na reunião de Fevereiro, de concretizar um mercado único de electricidade e gás até final de 2014 a partir da integração dos mercados regionais. 2011 também colocou novos desafios aos participantes no mercado resultantes da redacção de novos “códigos de rede” por parte da ENTSO-E (associação dos operadores das redes de Transporte). No final de 2011 estavam em preparação 10 códigos de rede.

Outras iniciativas da Comissão a merecer destaque foram uma Comunicação sobre “Smart Grids”, o início da revisão das BREF (Best Available Techniques Reference Documents) relativas às grandes instalações de combustão e a proposta de linhas gerais para o próximo Orçamento multi-anual (2014-2020) da EU. A publicação do “Roteiro para uma economia de baixo teor de carbono em 2050” suscitou uma reacção do EURELECTRIC, acentuando a necessidade do sector eléctrico dispor de clareza e previsibilidade a longo prazo para planear os seus investimentos. Em Março, a Comissão publicou o seu “Plano de Eficiência Energética”, suscitando inúmeros comentários, discussões e propostas de emendas. Foi, nomeadamente, chamada a atenção para a necessidade de compatibilizar o Plano com as medidas, já em vigor, relativas às metas de renováveis e de emissões, a necessidade de reconhecer a existência de diferentes mecanismos de mercado capazes de conduzir a poupanças de energia e a necessidade de deixar aos Estados-Membros liberdade de escolha dos instrumentos mais adequados às suas condições específicas. Devido à importância e

extensão dos comentários e propostas de alteração a apreciação final do documento transitou para 2012.

No âmbito da Assistência Financeira Externa a que Portugal recorreu foi celebrado um Memorando de Entendimento que incluiu um conjunto de medidas com impacto no sector eléctrico e respectivos desenvolvimentos normativos. Nesse contexto, para além da discussão e seguimento das iniciativas da Comissão Europeia, como forma de concretização de medidas constantes do Memorando destaca-se a publicação de dois Decretos-Lei transpondo as directivas europeias de 2009 relativas ao mercado interno de electricidade e ao mercado interno de gás, a aprovação do calendário de extinção faseada das tarifas reguladas de electricidade e gás, com completa liberalização, no caso da electricidade, a partir de 1 de Janeiro de 2013 e o aumento de 6% para 23% do IVA sobre o consumo electricidade e gás. Há ainda a registar o estabelecimento do programa de eficiência energética para a Administração Pública, a fixação das condições das novas fases de reprivatização da EDP e da REN e a revisão dos principais Regulamentos da ERSE, designadamente o Regulamento das Relações Comerciais e o Regulamento Tarifário.

Tendo presentes os contextos europeu e nacional, a ELECPOR procurou contribuir para a discussão dos temas e objectivos acima enunciados, realizando o seu Encontro anual (este ano de forma autónoma devido à fase de reorganização da UNESA), dedicado à análise dos problemas e opções para o sector eléctrico resultantes do papel, constrangimentos e objectivos relativamente aos mercados, renováveis e emissões.

1.2 Caracterização técnica, legislativa e regulamentar

1.2.1 Caracterização técnica

No Continente, em 2011, o consumo de energia eléctrica, referido à emissão, na Rede Eléctrica de Serviço Público situou-se em cerca de 50.500 GWh – valor que não inclui o consumo para bombagem – registando uma quebra anual de 3,2% (ou de 2,3% após correcção dos efeitos da temperatura e do número de dias úteis), a maior até hoje verificada em Portugal. A redução foi superior à redução verificada no PIB (a preços constantes) que se situou em -1,6%. A potência máxima na rede pública verificou-se a 24 de Janeiro, pelas 19:45 horas, e atingiu 9.192 MW, cerca de 200 MW abaixo do máximo histórico registado em 2010.

A produção das centrais em regime ordinário foi de 30.243 GWh, dos quais 10.808 GWh com origem hídrica e 19.435 GWh com origem térmica, e satisfaz cerca de 60% dos consumos. A produção das centrais do regime especial atingiu 18.185 GWh, contribuindo para cobrir cerca de 36% dos consumos. Desta contribuição cerca de metade (49,5%) teve origem em centrais eólicas. Por último, o saldo importador cifrou-se em 2.813 GWh (mais 190 GWh que em 2010), ou seja, cerca de 5,6% do consumo.

O sistema produtor, em regime ordinário, do Continente viu aumentada a capacidade de produção em 404 MW através da entrada em serviço de reforços de potência nas centrais hidroeléctricas de Picote e Bemposta. Em contrapartida, foram desclassificados 56 MW a fuel. A produção em regime especial cresceu 24% tendo entrado em serviço numerosas

instalações novas, com destaque especial para 375 MW em parques eólicos (acréscimo de 10%) e sido desclassificados 16 MW de cogeração.

A potência total instalada no final do ano era de 18.900 MW dos quais 6.514 MW correspondiam a produção em regime especial; deste valor, 4.080 MW correspondiam a potência eólica. A utilização da potência instalada nos parques eólicos situou-se em 25%. De 2010 para 2011 a potência total instalada aumentou 990 MW, ou seja, um acréscimo de cerca de 5,6%.

A produção de origem renovável, incluindo a grande hídrica, abasteceu 46% do consumo (eólica 18%, hídrica 22% e outras renováveis 6%), inferior aos 52% registados em 2010, ano que beneficiou de condições meteorológicas excepcionais. Pela primeira vez a produção eólica baixou em relação ao ano anterior, apesar do aumento de 375 MW da potência ligada à rede. Dos 4.080 MW eólicos ligados à rede pública, 1.920 MW (47%) estavam ligados à Rede de Transporte e 2.160 MW (53%) à Rede de Distribuição. A potência eólica representava 22% da potência total ligada no Sistema Eléctrico Nacional. A soma de todas as fontes de energia renovável representava 54% da potência total instalada.

Na Região Autónoma dos Açores, a produção total nas centrais da EDA atingiu 840 GWh (dos quais 32% de origem renovável) representando um decréscimo global de 1% em relação a 2010. As ilhas de S. Miguel e Terceira foram responsáveis por 79% da produção. A potência total instalada no final do ano era de 273 MW, sendo 217 MW térmicos e 56 MW renováveis dos quais 23 MW geotérmicos e 25 MW eólicos. Em 2011, as duas centrais geotérmicas, ambas em S.Miguel, tiveram um factor de utilização de 73%.

Na Região Autónoma da Madeira, a produção nas centrais da EEM (conjunto Madeira e Porto Santo) foi de 614 GWh, verificando-se ainda uma aquisição a outros produtores de 318 GWh, o que se traduziu numa emissão total para a rede de 926 GWh. Tal como nos Açores, o consumo decresceu 1% em relação a 2010. No final do ano a potência total instalada na Região Autónoma (Madeira e Porto Santo) atingia 389 MW sendo 281 MW nas centrais da EEM e 108 MW em entidades privadas, responsáveis pela energia adquirida pela EEM. A potência térmica no conjunto EEM+outras entidades era de 266 MW, isto é, 68% do total, a que correspondeu uma produção de 691 GWh, ou seja, 74% do total. A maioria da componente renovável instalada na EEM é de origem hídrica (50,4 MW) enquanto nas outras entidades é de origem eólica (44 MW).

1.2.2 Legislação e Regulamentação. Sector eléctrico

No quadro da organização e funcionamento do sector eléctrico destaca-se a publicação do Decreto-Lei n.º 78/2011, alterando a legislação que constituía a base geral da organização e funcionamento do sector eléctrico. O novo diploma deu cumprimento à obrigação de transposição da Directiva n.º 2009/72/CE relativa ao aprofundamento da construção do Mercado Interno da Electricidade. Simultaneamente, em moldes idênticos, publicou-se o Decreto-Lei n.º 77/2011, transpondo a Directiva 2009/73/CE, relativa ao Mercado Interno do Gás. Com a transposição para a ordem jurídica nacional das directivas comunitárias que integravam o chamado “Terceiro Pacote Energético” cumpriu-se um dos compromissos

assumidos pelo Estado Português no âmbito do Memorando de Entendimento do Programa de Ajuda Financeira ao Estado Português.

Das disposições do referido Decreto-Lei salientam-se: a) o reforço da separação das actividades de produção, comercialização e operação das redes; b) o reforço dos direitos dos consumidores, em particular no que respeita à mudança de comercializador; c) a garantia de protecção aos “clientes vulneráveis”; d) o alargamento das competências e poderes da ERSE; e) um novo enquadramento comercial da produção em regime especial (PRE); f) a consolidação da legislação relativa ao fim das tarifas reguladas de venda a clientes finais e g) a forma de repercutir os sobrecustos com a aquisição de energia a produtores em regime especial.

Outro diploma importante foi a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2011, que aprovou o calendário para a extinção faseada das tarifas reguladas de electricidade (e de gás natural) e as medidas necessárias à protecção dos consumidores, em especial dos “economicamente vulneráveis”.

Através da Lei n.º 51A/2011, publicada a 30 de Setembro, foi eliminada a taxa reduzida de IVA de 6% sobre a electricidade e o gás natural e a sua sujeição à taxa normal de 23%, com entrada em vigor a 1 de Outubro de 2011.

Várias Resoluções do Conselho de Ministros e Decretos-Lei fixaram as condições específicas de novas fases de reprivatização do capital social da EDP e da REN, determinando também os potenciais investidores admitidos nesses processos. Em 26 de Dezembro, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2011, foi seleccionada a empresa China Three Gorges Corporation para adquirir a totalidade das acções representativas de 21,35% do capital social da EDP.

No âmbito das medidas de promoção da eficiência energética destacam-se a Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2011, que estabeleceu o programa de Eficiência Energética para a Administração Pública, e a Portaria n.º 26/2011 que aprovou o Regulamento de Gestão do Fundo de Eficiência Energética.

No aspecto regulamentar há a destacar a consulta pública lançada pela ERSE, em Maio de 2011, de uma proposta de revisão regulamentar do sector eléctrico. A iniciativa foi desencadeada pelo início de um novo período regulatório em 2012 e pela necessidade de incorporar alterações resultantes da experiência de aplicação dos regulamentos em vigor e de os adequar ao Terceiro Pacote legislativo da Comissão Europeia. As propostas submetidas a consulta continham alterações de fundo ao Regulamento das Relações Comerciais (RRC), ao Regulamento Tarifário (RT) e, implicitamente, ao Regulamento de Acesso às Redes e Interligações em função das alterações propostas aos outros dois Regulamentos.

A 19 de Agosto, com a publicação em Diário da República do Regulamento n.º 496/2011, concretizou-se a aprovação dos três novos Regulamentos submetidos à consulta pública. Destacam-se algumas das principais alterações:

Regulamento das Relações Comerciais (RRC):

- a) Disponibilização e divulgação de propostas de fornecimento de energia eléctrica pelos comercializadores livres;
- b) Separação das actividades de distribuição e de comercialização de último recurso face às outras entidades do Sistema Eléctrico nacional;
- c) Incremento da transparência e da supervisão na contratação de energia eléctrica;
- d) Reorganização da compra e venda de energia eléctrica em mercado;
- e) Integração do novo conceito de tarifa social e suas implicações relativamente ao relacionamento comercial;
- f) Reforço da protecção dos consumidores;
- g) Ajustamento do processo de mudança de comercializador, eliminando restrições ao limite do número de mudanças por ano e limitando a três semanas o prazo máximo para operacionalizar qualquer mudança.

Regulamento Tarifário (RT):

- a) Introdução de preços de acesso à rede de transporte, a pagar pelos produtores em regime ordinário e em regime especial, deixando a tarifa de Uso da Rede de Transporte de ser paga integralmente pelos consumidores;
- b) Apresentação pelos operadores das redes de transporte e de distribuição, até final de 2012, de estudos de viabilidade de introdução de tarifas de acesso dinâmicas;
- c) Harmonização do conceito de BTE e BTN entre o Continente e as Regiões Autónomas, com uniformização dos escalões e opções tarifárias nacionais na BTN;
- d) Aperfeiçoamento do mecanismo de convergência das Tarifas de Venda a Clientes Finais (TVCF) para tarifas aditivas;
- e) Simplificação do método de cálculo dos custos de operação e manutenção na actividade de Transporte;
- f) Aperfeiçoamento da metodologia de aplicação da regulação por incentivos na actividade de Distribuição, com tratamento diferenciado de OPEX e de CAPEX;
- g) Promoção de investimentos inovadores nas redes de distribuição e sua monitorização por exigência de apresentação de contas separadas à ERSE;
- h) Fixação da taxa para cálculo dos encargos ou proveitos financeiros associados ao saldo acumulado da conta de Correção de Hidraulicidade decorrente da extinção deste mecanismo em 2010;
- i) Alteração do procedimento de aquisição de energia eléctrica pelo Comercializador de Último Recurso (CUR), separando a aquisição aos Produtores em Regime Especial (PRE) da aquisição para fornecimento aos clientes;
- j) Modificação dos regimes de incentivo à redução de perdas nas redes de distribuição e à melhoria da qualidade de serviço.

1.2.3 Energia e Ambiente

No quadro genérico das relações entre questões energéticas e ambientais regista-se o Decreto-Lei n.º 6/2011, que alterou as obrigações e formas de reporte e informação relativas à monitorização das emissões de um elevado número de actividades. No sector da energia são abrangidas as centrais térmicas com potência calorífica igual ou superior a 50 MW.

1.2.4 Consultas públicas

Durante 2011, a ERSE lançou várias consultas públicas de que se destacam: a) proposta de revisão das regras dos Planos de Promoção do Desempenho Ambiental (PPDA) do sector eléctrico; b) Regulamento de Mobilidade Eléctrica; c) propostas de revisão do Regulamento das Relações Comerciais (RRC), do Regulamento Tarifário (RT) e do Regulamento de Acesso às Redes e Interligações (RARI); d) Harmonização Regulatória da Integração da Produção em Regime Especial no MIBEL e na operação dos respectivos Sistema Eléctricos. As propostas foram objecto de análise detalhada pelos Associados da ELECPOR, que acompanhou de perto e discutiu as principais propostas de alteração apresentadas pela EDP e pela REN.

No âmbito europeu, o CEER (Council of European Energy Regulators) promoveu várias consultas públicas relativas ao sector eléctrico, de que se destacam: a) *“Electricity and Gas Retail market design with a focus on supplier switching and billing”*; b) *“Draft advice on price comparison tools”*; c) *“Implications of Non-harmonised Renewable Support Schemes”*. As consultas foram objecto de elevado número de respostas de empresas ou associações europeias, tendo a ELECPOR veiculado a sua posição através da contribuição dos representantes portugueses para os documentos de resposta do EURELECTRIC.

2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

No ano de 2011 a ELECPOR manteve-se como instrumento de reflexão e apoio às empresas do sector, destacando-se a intervenção no processo de revisão dos Regulamentos já referidos no ponto 1.2.2 (RRC, RT e RARI), uma representação activa em quase todas as Comissões, Grupos de Trabalho e Task Forces do EURELECTRIC, funcionando como interface entre esta organização e os Associados, a promoção de eventos públicos visando a discussão de assuntos de interesse comum dos Associados, e a disponibilização, no seu website, dos documentos mais importantes emanados do EURELECTRIC, da Administração Pública nacional e da Comissão Europeia.

2.1 Comentários a nova Legislação e Regulamentação

A ELECPOR participou na apreciação de alguns diplomas sobre o sector eléctrico, tendo ocasião de:

- Analisar as propostas de alteração do Regulamento das Relações Comerciais (RRC), do Regulamento Tarifário (RT) e do Regulamento de Acesso às Redes e Interligações (RARI), no quadro da consulta pública da ERSE.
- Analisar e comentar a proposta de Plano de Expansão da Rede, apresentado pela REN.
- Transmitir ao EURELECTRIC comentários à consulta do CEER sobre as Implicações da Não Harmonização dos Esquemas de Apoio às Energias Renováveis.

2.2 Relações com o EURELECTRIC

2.2.1 Representação de Portugal

O Presidente do Conselho Directivo e o Director Geral foram reconduzidos nos cargos de representantes efectivo e substituto de Portugal no Conselho de Administração do EURELECTRIC. Os mandatos, iniciados em Junho de 2011, têm a duração de 3 anos.

2.2.2 Comités de Estudo, Grupos de Trabalho e Projectos especiais

A ELECPOR, como representante de Portugal no EURELECTRIC, manteve o seu envolvimento nas actividades das 5 Comissões de Estudo e dos diversos Grupos de Trabalho e “Task Forces” dessa organização.

Ao longo do ano foi pontualmente revista a participação portuguesa nas Comissões de Estudo e Grupos de Trabalho, procedendo-se a alterações que resultaram, sobretudo, de movimentações internas na EDP. Manteve-se o princípio da representação portuguesa na quase totalidade dos Grupos. Ao todo, estiveram envolvidos nas actividades do EURELECTRIC cerca de 50 Dirigentes e Técnicos pertencentes aos diversos Associados da ELECPOR. O Eng.º Manuel Rodrigues Costa (EDP) manteve-se como vice-chairman do Comité de Redes.

2.2.3 Convenção Anual

A Conferência e Convenção anuais do EURELECTRIC tiveram lugar em Estocolmo, a 13 e 14 de Junho, subordinadas ao tema “*Delivering Investments to meet Europe’s Energy and Climate Needs*”, com a presença de mais de 400 delegados. A Conferência foi organizada pelo Vattenfall e pela Associação Sueca de Energia (Swedenergy) e focou a urgência dos desafios relativos aos investimentos no sector e a importância do bom funcionamento dos mercados e de uma liderança política forte. As intervenções e conclusões, disponíveis no “site” do EURELECTRIC, repartiram-se por três tópicos: 1) uma antevisão de 2050 e das formas de passar das promessas à prática; 2) as perspectivas de investimento e os problemas da gestão, com particular ênfase no caso das renováveis; 3) a mudança do papel e das responsabilidades das redes de distribuição. A Conferência concluiu com um “Forum Executivo”, com intervenção dos presidentes de algumas das principais empresas eléctricas europeias, que debateu essencialmente o papel dos mercados e da regulação.

Na mesma data e local, realizou-se a Assembleia Geral anual do EURELECTRIC. Na Assembleia Geral e na Conferência a ELECPOR esteve representada pelo seu Director Geral.

2.2.4 Reorganização interna

Na reunião do Board de Estocolmo, cessou o mandato do Presidente Lars Josefsson, CEO da Vatenfall (Suécia), o que implicou uma reorganização da presidência, para um novo mandato de 2 anos, que ficou assim constituída:

Presidente: Fulvio Conti, Presidente e CEO da ENEL (anterior 1.º Vice Presidente).

1.º Vice Presidente: Johannes Teysen, CEO da empresa alemã E.ON (anterior 2.º Vice presidente).

2.º Vice Presidente: Tomasz Zadroga, Presidente e CEO da empresa polaca Polska Grupa Energetyczna.

2.2.5 Reuniões anuais. Governo da Associação

O Board of Directors do EURELECTRIC efectuou, como habitualmente, três reuniões ordinárias durante 2011, uma das quais durante a Convenção de Estocolmo, e uma reunião extraordinária, a 3 de Outubro, especificamente para discutir problemas de organização e funcionamento internos. A reunião extraordinária resultou de dois documentos preparados pelas Associações de Portugal, Espanha, França e Itália, criticando aspectos da organização e do funcionamento do EURELECTRIC, e de outro documento, na mesma linha, subscrito pelas Associações da Alemanha, Holanda, Áustria e Suíça.

Os problemas levantados provocaram larga discussão durante a reunião extraordinária, sendo objecto de comentários e sugestões, embora o consenso se revelasse difícil. A presidência do EURELECTRIC tomou boa nota das críticas e sugestões, comprometendo-se a dedicar-lhes especial atenção e a apresentar futuramente propostas de correcção. Por outro lado, salientou a importância da participação activa dos membros do Board durante as reuniões e solicitou-lhes uma revisão dos respectivos representantes nos Comitês e Grupos de Trabalho de modo a garantir a participação das pessoas adequadas. A ELECPOR esteve representada em todas as reuniões do Board pelo seu Director Geral.

2.2.6 Estudo “Renewables Action Plan”

O EURELECTRIC lançou, em 2010, um estudo destinado a preparar uma estratégia do sector eléctrico para o desenvolvimento das renováveis na Europa. O estudo articulou-se em torno de três grandes temas: 1) necessidade de uma abordagem sistémica à flexibilidade e ao *back-up* na produção; 2) necessidade de uma abordagem com base no mercado; 3) necessidade de uma abordagem europeia global. Para o efeito, foram criadas 13 Task Forces que analisaram, entre outros temas, a gestão da procura, o desenho dos mercados e o armazenamento de energia. O trabalho teve como resultado a produção de uma série de relatórios temáticos e de um relatório final de síntese, com as principais conclusões e um conjunto de recomendações para responsáveis políticos e para a indústria. Os relatórios parcelares e o Relatório síntese foram publicados em Outubro de 2011. Em quase todas as Task Forces participaram representantes portugueses.

2.2.7 Roadmap “10 Steps to Smart Grids”

A crescente penetração de fontes de energia renovável no sistema eléctrico europeu bem como a preparação para a introdução do veículo eléctrico implicam maior flexibilidade de concepção e de exploração das redes, sobretudo na distribuição em média e baixa tensão. O EURELECTRIC dedicou particular atenção aos problemas daí decorrentes tendo publicado vários documentos sobre o tema das *Smart Grids*, designadamente sobre as limitações da actual Regulação, a participação dos Consumidores, a Produção distribuída e a Mobilidade eléctrica. Como corolário desses trabalhos foi formalmente apresentado na convenção de Estocolmo um “roteiro” intitulado “*10 Steps for Smart Grids*” que caracteriza a sua evolução em três etapas: 1) uma fase de preparação (*facilitation phase*); 2) uma fase de expansão (*deployment phase*); 3) uma fase de comercialização (*commercialization phase*). O documento foi bem acolhido e resume, de forma organizada e numa perspectiva de sequência temporal, as principais etapas a percorrer.

3. EVENTOS

3.1 5º Encontro ELECPOR

Na linha do iniciado em 2007 e concretizando uma das disposições do convénio ELECPOR-UNESA, deveria ter-se realizado em Madrid, durante 2011, uma nova Conferência anual conjunta, com a duração de um dia, e organização essencialmente a cargo da UNESA. Essa conferência acabou por não se concretizar devido às profundas modificações e reorganização interna da UNESA ocorridas durante o ano. Em sua substituição a ELECPOR organizou em Lisboa uma conferência limitada a meio dia, mas igualmente dirigida a representantes de um amplo espectro de sectores, designadamente industriais, financeiros, académicos, administração pública, autarquias, sindicatos e comunicação social. Procurou-se o debate de temas actuais, em discussão nas instâncias europeias, e seus possíveis reflexos no sector eléctrico português, de modo a conferir visibilidade à ELECPOR junto das entidades governamentais, dos meios de comunicação e do público em geral. A Conferência realizou-se a 17 de Maio, no Hotel Pestana Palace, tendo contado com a presença de perto de 200 participantes.

A Conferência teve como tema “*Mercados, Renováveis e Emissões. Problemas e Opções do Sector Eléctrico*” e constou de duas apresentações, a cargo de conferencistas estrangeiros, seguidas de um painel de debate constituído pelos conferencistas e por três participantes portugueses, além de um moderador.

A primeira apresentação esteve a cargo de Mark Lewis, Director de “Global Carbon Markets” no Deutsche Bank, e teve por tema “*How will Japan’s nuclear crisis affect EU Energy Markets?*”. A sua intervenção repartiu-se por três subtemas: 1) Mecanismo europeu de comércio de licenças de emissão (ETS), designadamente uma visão da situação actual e suas lições para o futuro; 2) Comparação económica das várias tecnologias de produção (nuclear, carvão, ciclo combinado a gás, eólico on-shore e off-shore) quanto a investimentos e custos de exploração, sem esquecer os custos potenciais das licenças de emissão e do recurso à captura e armazenamento de carbono (CCS); 3) Repercussões de Fukushima sobre

o futuro do nuclear nos sistemas japonês e europeu e sobre os mercados e o abastecimento de LNG.

A segunda apresentação esteve a cargo de Fabien Roques, Director para a Europa da CERA (Cambridge Energy research Associates), e teve por título “*European Power Markets at a Crossroad: is Market Reform a Game Changer?*”. A intervenção articulou-se também segundo três subtemas: 1) Antevisão do mercado eléctrico europeu (perspectivas de baixo crescimento dos consumos e impacto de uma revisão das políticas sobre o nuclear); 2) Principais incertezas (impacto das restrições às emissões sobre a desclassificação de centrais, impacto do “gás de xisto”, impacto das interligações e da integração dos mercados e possibilidades de continuar a subsidiar as renováveis); 3) Reforma do mercado e alterações potenciais (pressão das renováveis sobre a produção térmica convencional, papel da reserva de produção e dos mercados de capacidade e sua disseminação pela Europa, implicações estratégicas para as empresas).

A Conferência terminou com um mesa-redonda, moderada por Rui Sérgio (Consultor e ex-PCA da NAER), em que participaram, além dos dois conferencistas, Fernando Pacheco (Prof. da Universidade Católica e ex-Secretário de Estado da Energia), Pedro Neves Ferreira (Director de Planeamento Energético da EDP) e Nuno Lacasta (Coordenador da Comissão para as Alterações Climáticas). Os participantes da mesa redonda retomaram alguns dos temas abordados nas apresentações, respondendo a interpelações directas feitas pelo moderador e dando também oportunidade à participação da assistência.

A iniciativa teve larga cobertura da comunicação social, designadamente uma entrevista da agência Lusa a Fabien Roques, divulgada posteriormente em vários jornais, e recebeu comentários elogiosos dos participantes. As comunicações ficaram disponíveis no website da ELECPOR e foram enviadas em CD a todos os participantes.

3.2 Convénio ELECPOR-UNESA-UNEI-UFE

No final de Novembro de 2010, o convénio de cooperação tripartido ELECPOR-UNESA-UNEI foi estendido à Associação francesa Union Française de l’Electricité (UFE), com as mesmas finalidades e dentro do mesmo espírito de cooperação. Em 12 de Janeiro de 2011 realizou-se em Madrid, nas instalações da UNESA, nova reunião conjunta de consulta e coordenação. Posteriormente, precedendo as reuniões do Board do EURELECTRIC, efectuaram-se três Conference-calls, para acerto de posições sobre matérias a discutir naquelas reuniões, além de nova reunião, em Paris, a 4 de Outubro, para apreciação da reunião do dia anterior do Board do EURELECTRIC .

Nos vários contactos houve praticamente acordo generalizado em todas as matérias, salientando-se as relações EURELECTRIC-EDSO, os problemas de integração da energia eólica na rede e a necessidade de pagamentos por capacidade (garantia de potência) para compensar a disponibilidade de centrais convencionais, posição que encontra forte oposição no seio do EURELECTRIC.

Em matéria institucional debateram-se propostas de alteração às “Standing Orders” do EURELECTRIC, visando a clarificação do processo de candidatura e eleição dos corpos

directivos, tendo presente a eleição de um novo presidente e de um 2.º Vice Presidente na reunião do Board de Estocolmo. Definiram-se posições comuns das quatro Associações, a incluir na agenda de futuras reuniões do Board do EURELECTRIC.

As quatro Associações elaboraram também o documento “*Transparency, Accountability, Awareness or How to Improve Eurelectric Governance*” que propunha a criação de um Grupo de Trabalho, reportando à presidência do Eurelectric, com o objectivo de: a) melhorar as relações entre Board e Comités de Estudo; b) clarificar o papel do Board na comunicação externa das posições do Eurelectric; c) melhorar a capacidade do Board de acompanhar e reagir rapidamente às iniciativas das instituições europeias (Comissão e Parlamento). Este documento foi uma das causas próximas da convocação da reunião extraordinária do Board de 3 de Outubro.

3.3 Participação em Eventos Externos

Além da participação na Conferência anual do EURELECTRIC, salientam-se outras participações em eventos externos.

3.3.1 Conferência internacional “3º Finance Energy Fórum”

Conferência organizada em Lisboa, a 10 de Novembro, pelo IFE (International Faculty for Executives) em colaboração com outras entidades, subordinada ao tema “*Posicionar-se e Investir num ano decisivo para o Sector Energético Português*” e repartida por 6 temas: 1) Política energética; 2) Troika; 3) Financiamento; 4) Spain Outlook; 5) Internacionalização; 6) Mercado secundário. Participou na Conferência o Director Geral.

3.3.2 CIGRE. Conselho de Administração. Reunião anual

Realizou-se em Seul, Coreia do Sul, entre 14 e 17 de Junho, a Reunião anual do Conselho de Administração do International Council on Large Electric Systems (CIGRE), do qual faz parte o Director Geral da ELECPOR, na qualidade de membro português. Não tendo possibilidade de participar na reunião, fez-se representar pelo representante do Brasil.

3.3.3 Conferência-Debate “O Preço das Renováveis”

Integrada num ciclo de Conferências sobre “O Preço da Energia”, realizou-se na Ordem dos Engenheiros, a 17 de Fevereiro, a Conferência-debate sobre “*O Preço das Renováveis*” na qual participou o Director Geral.

3.3.4 Seminário sobre o Nuclear na Alemanha

Organizado pela Fundação Friedrich Ebert, realizou-se em Lisboa, a 30 de Junho, um Seminário internacional subordinado ao tema “*A Hora da verdade; Consequências do fim do Nuclear na Alemanha*”, que teve como conferencista principal o Prof. Sascha Samadi, do Wuppertal Institute. O Seminário debateu o processo político que levou a Alemanha a abandonar a energia nuclear e as implicações futuras desta decisão sobre a Alemanha e sobre a Europa. Participou no Seminário o Director Geral.

3.3.5 Outros Eventos

Em representação da ELECPOR, o Director Geral participou ainda, entre outros eventos, no Seminário organizado pela VdA & Associados sobre “*A Revisão das Tarifas: que futuro para as Renováveis?*”, em que se analisou o impacto das medidas da Troika sobre os subsídios às renováveis e se debateram as situações portuguesa e espanhola nesta matéria (1 de Junho).

4. PROJECTOS

4.1 Plano de Acção “Eficiência Energética”

O Director Geral participou, em representação da ELECPOR, no Seminário da ERSE sobre a avaliação de resultados e perspectivas do “Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica” (11 de Fevereiro).

4.2 Comité Técnico de Seguimento da Operação do Sistema Eléctrico Ibérico

No âmbito do MIBEL continuou a actividade do Comité Técnico de Seguimento da Operação do Sistema Eléctrico Ibérico (CTSOSEI) que tem por missão analisar os principais factos relativos à operação dos dois sistemas eléctricos, ao comportamento do mercado e suas perspectivas a curto prazo, bem como os factos relevantes ligados à operação dos sistemas gasistas. O Comité reúne de 2 em 2 meses, alternadamente em Lisboa e Madrid, com larga participação de representantes de produtores, comercializadores, reguladores, grandes consumidores e das duas Associações, ELECPOR e UNESA. Em representação da ELECPOR o Director Geral participou em algumas dessas reuniões.

5. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Por solicitação da Revista da Ordem dos Engenheiros, o Eng. Nascimento Baptista, na qualidade de Director Geral da ELECPOR, concedeu uma entrevista sobre a situação, tendências e perspectivas de evolução do sector eléctrico nacional, a qual foi publicada no número de Março/Abril da revista INGENIUM.

Continuou a disponibilizar-se no website a informação mais relevante relativa a legislação, regulamentos, documentos do EURELECTRIC e eventos. Em casos justificados, os documentos do EURELECTRIC foram directamente reencaminhados para os membros do Conselho Directivo.

6. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Não se registou aquisição de quaisquer novos equipamentos nem se verificaram alterações nas instalações.

7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Mantiveram-se os prestadores de serviços do ano anterior: serviços de internet assegurados pela ZON, contabilidade e Técnico Oficial de Contas assegurados pela empresa Gestante e apoio informático (hardware e software), manutenção e actualização da página internet a cargo da empresa Engenhus.

8. RECURSOS HUMANOS

Não se registaram alterações, em 2011, no pessoal permanente da Associação.

9. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No Anexo I apresentam-se o Balanço e a Demonstração dos Resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Da Demonstração de Resultados verifica-se que:

Proveitos e Ganhos	301.923,92 €
Custos e Perdas	284.182,77 €
Resultados Líquidos	17.741,15 €

Os proveitos são essencialmente as quotas dos Associados (300.000 €), a que se somam cerca de 2.000 € de juros de depósitos a prazo. Os custos do exercício, líquidos de amortizações, cifraram-se em 280.532,55 €, inferiores em quase 16.000 € ao valor orçamentado. A redução resultou essencialmente de menores encargos com deslocações e estadias, do menor valor da quota do EURELECTRIC e da ausência de encargos com o projecto das estatísticas do sector. As quotizações para 2011 foram estabelecidas prevendo um resultado ligeiramente positivo de forma a criar uma margem de reserva que permitisse, em 2012, sem aumento das quotizações, suportar os encargos suplementares associados à realização de uma conferência conjunta ELECPOR-UNESA.

O valor de 25.000 € orçamentado para o Encontro ELECPOR foi ultrapassado em cerca de 1.000 €, cifrando-se os encargos totais em 26.045 €. A diferença está dentro da margem de incerteza e deveu-se a uma actuação mais diversificada nos aspectos de design, imagem, comunicação, publicidade e logística.

O Conselho Directivo propõe que o resultado apurado transite para o ano seguinte sob a forma de resultados transitados.

10. ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS

Em meados de 2011, na sequência da alteração de composição do Conselho de Administração da Electricidade dos Açores (EDA), o Dr. Roberto Amaral foi substituído

pelo Prof. Dr. Duarte Botelho da Ponte como vogal do Conselho Directivo e como Presidente da mesa da Assembleia Geral.

Pela sua participação activa e contributo para o bom desempenho do Conselho Directivo regista-se um agradecimento especial ao Dr. Roberto Amaral.

11. NOTA FINAL

A finalizar o Relatório, o Conselho Directivo expressa o seu reconhecimento a todos os Associados que, em maior ou menor grau consoante os respectivos recursos e os temas em causa, disponibilizaram os seus técnicos para apoio e colaboração directa nas iniciativas da Associação.

Lisboa, 27 de Março de 2012

O Conselho Directivo

CONSELHO DIRECTIVO

Presidente:

EDP Energias de Portugal, S.A.
João Manso Neto

Vice-Presidente:

Tejo Energia, S.A.
Paulo Almirante

Vogais:

EDA – Electricidade dos Açores
Duarte da Ponte

EDA – Electricidade dos Açores
Francisco Botelho

REN – Rede Eléctrica Nacional
Aníbal Santos

REN – Rede Eléctrica Nacional
Jorge Borrego

EEM – Electricidade da Madeira, S.A.
Rui Rebelo

EDP Energias de Portugal, S.A.
João Torres